



ESTADO DA PARAÍBA  
**Prefeitura Municipal de Monte Horebe**  
CGC 08.924.011/0001-70 – Rua: Pedro Gondim, s/n Centro – Cep 58940-000

## **Lei Nº 339, de 27 de Outubro de 2017**

**Dispõe sobre o Plano Plurianual  
para o quadriênio 2018-2021 e  
dá outras providências.**

O prefeito Municipal de Monte Horebe, Estado da Paraíba.

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal e parágrafo 1º do art. 166 da Constituição do Estado, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos Anexos I, II e III.

Art. 2º. O PPA terá como diretrizes:

- I – O desenvolvimento sustentável orientado pela inclusão social;
- II – A melhoria continua da qualidade dos serviços públicos;

Art. 3º Para efeitos desta Lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum pré-estabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução de um



ESTADO DA PARAÍBA

**Prefeitura Municipal de Monte Horebe**

CGC 08.924.011/0001-70 – Rua: Pedro Gondim, s/n Centro – Cep 58940-000

problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

II - Programa Finalístico, aquele que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade;

III – Programa de Apoio Administrativo, aquele que engloba ações de natureza tipicamente administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos demais programas, não têm suas despesas passíveis de apropriação àqueles programas;

IV - Ação, o conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa;

V - Produto, bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo;

VI - Meta, quantidade de produto que se deseja obter em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.

Art. 4º A programação constante no PPA deverá ser financiada pelos recursos oriundos do Tesouro Municipal, das Operações de Crédito Internas e Externas, das Transferências Constitucionais, Legais e Voluntárias da União e do Estado e, subsidiariamente, das parcerias implementadas com outros Municípios e com a iniciativa privada.

Parágrafo único. Os valores financeiros constantes nos anexos e nas tabelas desta Lei são referenciais e não constituem limite para a programação da despesa na Lei Orçamentária Anual, que deverá obedecer os parâmetros fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e as receitas



ESTADO DA PARAÍBA

**Prefeitura Municipal de Monte Horebe**

CGC 08.924.011/0001-70 – Rua: Pedro Gondim, s/n Centro – Cep 58940-000

efetivamente previstas em cada ano, consoante a legislação tributária em vigor à época.

Art. 5º As metas físicas das ações estabelecidas para o período 2018-2021 se constituem referências a serem observadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de lei específico.

Art.7º A inclusão, exclusão ou alteração de ações, produtos e metas no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Art.8º O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base no desempenho dos indicadores, e/ou da realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.

Parágrafo único. O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito sob a coordenação da Secretaria de Administração e Finanças, a quem compete:



ESTADO DA PARAÍBA

**Prefeitura Municipal de Monte Horebe**

CGC 08.924.011/0001-70 – Rua: Pedro Gondim, s/n Centro – Cep 58940-000

I – definir as metodologias a serem utilizadas na elaboração, no acompanhamento e na revisão do PPA a ser observado por todos os órgãos da Administração Municipal;

II - definir a agenda de elaboração, de acompanhamento e, quando for o caso, de revisão do PPA;

III - auxiliar os demais órgãos e setores da Administração Municipal nos processos de elaboração, de acompanhamento e de revisão do PPA; e

IV – elaborar anualmente relatório de avaliação dos resultados da implantação deste Plano que será encaminhado ao Poder Legislativo, juntamente o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 9º Integram o Plano Plurianual, as seguintes tabelas:

I – Tabela 01 – Estimativas de Receitas por Categoria Econômica e Origem;

II – Tabela 01-A – Estimativas da Receita Corrente Líquida;

III – Tabela 02 – Estimativas das Despesas Segundo as Categorias Econômicas;

IV – Tabela 03 – QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa;

V – Tabela 04 – Classificação dos Programas e Ações por Função e Subfunção;

VI – Tabela 05 – Estimativa das Despesas por Programa Segundo a Categoria Econômica;

VII – Tabela 06 – Resumo da Despesa por Função de Governo, subfunção e despesas por Programa e Órgãos.



ESTADO DA PARAÍBA  
**Prefeitura Municipal de Monte Horebe**  
CGC 08.924.011/0001-70 – Rua: Pedro Gondim, s/n Centro – Cep 58940-000

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos Eron Nogueira  
Prefeito Municipal